

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA SESI/DR-ES NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO – SESI – DR/ES é uma entidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, cujo objetivo é apoiar e estimular o desenvolvimento social da indústria e contribuir para qualidade de vida do trabalhador.

O Serviço Social da Indústria – SESI foi criado pela Confederação Nacional da Indústria, a 1º de julho de 1946, consoante o Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, regulamentada pelo Decreto nº 57.375, de 02 de dezembro de 1965, alterado pelo Decreto nº 6.637, de 05 de novembro de 2008, tem como escopo estudar, planejar e executar medidas que contribuam, diretamente, para o bem-estar-social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico, e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes.

Em seus anos de atuação no Espírito Santo, o Serviço Social da Indústria já transformou muitas histórias e também passou por muitas transformações. Referência quando o assunto é educação – o Sesi é a maior rede de ensino privado do estado e coleciona premiações e metodologias pedagógicas diferenciadas –, a instituição também oferece diversos serviços nas áreas de inovação em saúde e segurança do trabalho, cultura e promoção da saúde.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria em consonância com a Lei no 4.320/64, de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar nº 1 O 1/2000. Os valores estão apresentados em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade e estão elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurado pelos seus valores justos.



Página 1

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As Demonstrações Contábeis são representações monetárias estruturadas da posição patrimonial e financeira relativas às transações realizadas pela Entidade no período. O seu objetivo principal é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro que são úteis aos usuários na tomada de decisões.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São compostas por numerários em espécie, saldos bancários em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e limites usados de conta garantia, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

b) Créditos a Receber

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratados.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base em normativo interno que determina a constituição de provisão para perda na base de 100% para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

c) Estoques

Os estoques mantidos no Almoarifado não são para revenda e estão avaliados pelo preço médio ponderado das unidades compradas.

d) Despesas Antecipadas

Representam valores a serem apropriados ao resultado durante a sua realização no decorrer do exercício.

e) Realizável a Longo Prazo

São classificadas neste grupo as contas de bens e direitos da empresa cujas realizações se darão no longo prazo (após o término do exercício seguinte). Também estão inseridas neste grupo as contas de direitos sem prazo de vencimento.

f) Ativo Imobilizado

Equipamentos em geral, móveis, utensílios, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e intangível, são demonstrados pelo custo de aquisição. A área de Patrimônio realiza o inventário anual de bens.

g) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência conforme estabelecido pelos Princípios de Contabilidade. Apresentam-se de acordo com o disposto na Lei nº

4.320/64, classificadas em receitas e despesas correntes, e receitas e despesas de capital.

h) Ativo e Passivo

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação de liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos contratuais e legais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

i) Ativo e Passivo Compensado

As rubricas constantes no grupo dos ativos e passivos compensados são contas de controle relacionadas aos bens, direitos e obrigações relativas às operações realizadas pela Entidade e que não afetam de imediato as contas patrimoniais.

O saldo em 31/12/2020 dos seguros de veículos foi de R\$ 24.000.000,00. Os seguros prediais possuem o saldo em 31/12/2020 de R\$ 60.704.262,00.

Os bens em comodatos além do seu registro no Ativo Imobilizado são lançados no Ativo compensado para controle, estes totalizaram um saldo em 2020 de R\$ 114.436,95.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil destinado a evidenciar qualitativamente e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da entidade sendo constituído pelo ativo, passivo e patrimônio líquido.

4.1 Ativo

4.1.1 Ativo Circulante

Neste grupo classificam os ativos que não irão se realizar até o final do exercício social seguinte ao do balanço que está sendo elaborado. Podem ser considerados ativos circulantes: dinheiro em caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras, duplicatas a receber, os estoques e outros créditos de realização a curto prazo.

a) Disponível

Compreendem valores existentes em Caixa e Bancos, assim como as aplicações de curtíssimo prazo e liquidez absoluta. Em 2020 apresentou o saldo de R\$ 60.737.452,24. Os recursos são aplicados na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil através do Fundo criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI.

b) Clientes

No grupo de Créditos a Receber no curto prazo, na conta de Clientes encontram-se as receitas de serviços prestados em educação, saúde, lazer e cultura à pessoa física e jurídica, o saldo registrado em 2020 foi de R\$ 12.578.217,08.

Código Contábil	Descrição da conta	2020	2019
1.1.03.01	CLIENTES	12.578.217,08	9.756.943,95
1.1.03.01.01	Clientes Exercícios Correntes	12.578.217,08	9.756.943,95
1.1.03.01.01.001	Clientes Exercícios Correntes	12.578.217,08	9.756.943,95
1.1.03.01.01.001.09996	Negociação Clientes	3.005.184,49	2.625.993,59
1.1.03.01.01.001.09997	Clientes PF/PJ	9.573.032,59	7.129.369,56
1.1.03.01.01.001.09999	Clientes Diversos	-	1.580,80

c) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

Refere-se aos clientes, em sua maioria oriundos da atividade de educação, em que o provisionamento foi feito considerando os títulos vencidos há mais de 181 dias, onde a baixa como perda foi realizada nos títulos vencidos há mais de 540 dias. O provisionamento ocorre com base na orientação do Departamento Nacional através do CPC SI Provisão de Devedores Duvidosos Clientes. O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 4.597.350,56.

Código Contábil	Descrição da conta	2020	2019
1.1.03.02	(-)PROV P/ PERDAS RECEBIMENTO CRED	4.597.350,56	3.078.861,78
1.1.03.02.01	(-)Prov. p/ Perdas Receb. Cred. Cliente	4.597.350,56	3.078.861,78

d) Adiantamento a Empregados

Refere-se ao adiantamento de salários, férias, 13º salário, concedido aos empregados. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 283.995,56.

Código Contábil	Descrição da conta	2020	2019
1.1.03.03	ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	283.995,56	360.212,65
1.1.03.03.01	Adiantamentos de Salários	592,15	-
1.1.03.03.02	Adiantamentos de Férias	235.419,60	302.362,49
1.1.03.03.03	Adiantamentos de 13º. Salário	133,65	-
1.1.03.03.99.006	Adiantamentos a Empregados	47.850,16	57.850,16

e) Adiantamentos Concedidos

Referem-se aos adiantamentos de viagens e fundo rotativo utilizado para pronto pagamento. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 27.129,00.

f) Departamento Conta Movimento

Refere-se as operações de conta corrente entre os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional da mesma Entidade, sendo, basicamente, reembolso de




viagens de participação em reuniões. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 34.080,50.

g) Valores em Cobrança

Refere-se a transações de valores em cobrança de clientes realizados através de cartão de crédito – CIELO, GETNET, BANESCARD. Além de operações entre o Departamento Nacional da mesma Entidade. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 2.337.291,29.

h) Receitas a receber

Referem-se as receitas de contribuições e subvenções reconhecidas, mas ainda pendentes de sua liquidação. O saldo da conta em 2020 foi de R\$ 5.825.078,91.

i) Empréstimos e Financiamentos concedidos

Refere-se ao ressarcimento da Findes ao SESI-ES, relativo a Construção do Espaço Cultural, em 2020 o saldo da conta é de R\$ 1.796.200,20. (Vide letra c, do item 4.1.2).

j) Sistema Indústria Conta Movimento

Refere-se as operações realizadas entre as Entidades do Sistema Findes. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 55.441,50.

k) Convênios e Acordos

Referem-se aos recebimentos de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos vinculados ao Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional, tais como Fomento, Projetos, Auxílio/Apoio Financeiro. Os recursos são aplicados na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil através do Fundo criado pela Confederação Nacional da Indústria – CNI. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 3.414.733,55.

l) Impostos a Recuperar

Contempla os valores de impostos a recuperar apurados a receber das operações realizadas pelo SESI-ES, o valor do grupo refere-se principalmente ao ISS, pois alguns municípios não reconhecem a imunidade tributária da Entidade, a Unidade Jurídica já ajuizou processo junto a esses municípios, estamos aguardando o deferimento para posterior ressarcimento. Em 2020 o saldo foi de R\$ 265.425,80.

m) Estoques

Nesta conta é registrada a movimentação do estoque de materiais destinados a uso e consumo da Entidade, inclusive material didático, cujo controle é feito através de requisições. O saldo em 2020 foi de R\$ 251.632,95.

n) Despesas Antecipadas

Refere-se a desembolsos financeiros com licença de uso de software, vale transporte, locação de imóveis, seguros a serem apropriados mensalmente



durante a vigência dos contratos, dentre outros. A Entidade mantém seguros para bens imóveis e veículos. Em 2020 o saldo do grupo despesas antecipadas foi de R\$ 634.011,78.

4.1.2 Ativo Não Circulante

Neste grupo está dividido em 02 subgrupos, que são: Realizável a longo prazo - refere-se aos valores a receber decorrentes de transações usuais realizadas pela Entidade com terceiros, liquidáveis após o exercício seguinte ao encerramento do Balanço; e Investimentos. São classificadas neste grupo as contas de bens e direitos da empresa cujas realizações se darão no longo prazo (após o término do exercício seguinte). Em 2020 o saldo total do ativo não circulante foi de R\$ 179.260.119,81.

a) Depósito e Empréstimo compulsório

Refere-se a um depósito compulsório, junto ao Sesi-DN, para formação de um fundo financeiro que terá por finalidade suprir os Departamentos Regionais quando há necessidade de realização de processos de reorganização administrativa. O saldo em 2020 foi de R\$ 41.531,81.

b) Depósito Para Recursos Judiciais

Referem-se aos depósitos judiciais/recursais relacionados a processos em fase de contestação em que o Sesi – DR/ES é parte integrante, proveniente de ações trabalhistas, cíveis e federais. Estes valores estão apresentados pelo valor original, não tendo sido acrescidos de juros e atualização monetária, a atualização monetária ocorre no ato da liquidação do processo. O saldo em 2020 foi de R\$ 5.149.528,55.

c) Empréstimos e Financiamentos concedidos: refere-se ao ressarcimento da Findes ao Sesi-ES relativo a Construção do Espaço Cultural. Em 07/12/2016 ocorreu a Sessão Ordinária que foi expedido o Acórdão nº 3172/2016 – TCU – Plenário¹ determinando o ressarcimento dos recursos efetuados por esta entidade que envolviam as obras de Construção do Espaço Cultural, no Edifício Findes, onde se encontra sediada a entidade.

A Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo, iniciou os pagamentos em fevereiro/2017, cujo saldo contábil no longo prazo até o encerramento do exercício foi de R\$ 1.796.200,20. (Vide item 4.1.1, letra “i”)

d) Imobilizado

Referem-se aos bens que foram incorporados a Entidade, destinados a manutenção das atividades da Entidade, sendo divididos em:

¹ Fonte: http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/CONSES/TCU_ATA_0_N_2016_50.pdf



▪ **Bens Imóveis**

Referem-se aos terrenos, prédios, construções em andamento, instalações e benfeitoria em imóveis de terceiros. Os bens imóveis foram registrados pelos valores nominais das respectivas aquisições ou pelo custo de produção ou de construção, conforme o art. 106, II, da Lei nº 4.320/64.

▪ **Bens Móveis**

Referem-se a veículos, mobiliários em geral, equipamentos de informática, equipamentos médicos, odontológicos e laboratoriais, equipamentos esportivos, artísticos e de recreação, equipamentos musicais, equipamentos de comunicação, máquinas e equipamentos em geral e outros bens móveis. Os bens móveis estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação pelo método linear.

Os critérios para incorporação de bens móveis, de acordo com a Norma Corporativa NOR-FINDES-007 Gestão de Bens Patrimoniais, são:

- a) Ter prazo de vida útil igual ou superior a dois anos;
- b) Qualquer item, equipamento ou conjunto que tenha valor acima de 2% (dois por cento) do valor limite de dispensa de licitação, sendo: R\$ 44.000,00 x 2% = R\$ 880,00;

São considerados como exceções os seguintes itens, com vida útil menor que dois anos, mesmo que tenham valores inferiores ao limite de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), conforme Tabela abaixo:

Bebedouros	Cadeiras de Escritório	Esmerilhadeiras
Estação de Trabalho	Fogão	Frigobares
Furadeiras	Gaveteiros	Impressoras
Mesas de Escritório	Microondas	Monitores
Parafusadeiras	Televisores	

Outros bens poderão ser considerados exceção, sendo analisado, caso a caso, pela Área de Patrimônio.

O Ativo Imobilizado líquido está registrado em R\$ 171.713.379,25, ou seja, descontado a depreciação acumulada –32.350.887,08 e a Perda por Redução do Valor Recuperável (Impairment Test), cuja composição está detalhada na planilha abaixo:



Código Contábil	Descrição	2020	2019
1.2.03	IMOBILIZADO	171.713.379,25	179.029.361,86
1.2.03.01	BENS IMÓVEIS	173.014.328,59	166.807.772,75
1.2.03.01.01	Terrenos	2.433.456,46	101.123,13
1.2.03.01.02	Prédios	166.724.443,87	163.640.529,08
1.2.03.01.03	Construções em Andamento	416.240,60	257.825,44
1.2.03.01.04	Instalações	28.149,23	-
1.2.03.01.05	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.412.038,43	2.808.295,10
1.2.03.02	BENS MÓVEIS	42.276.333,06	39.733.911,07
1.2.03.02.01	Mobiliários em Geral	10.503.716,61	10.101.784,28
1.2.03.02.03	Disco, Fono, Filme, Pinaco (teca)	4.716,00	4.716,00
1.2.03.02.04	Instrumentos Musicais	315.214,55	315.214,55
1.2.03.02.05	Veículos	8.921.312,54	8.805.562,54
1.2.03.02.06	Máquinas e Equipamentos em Geral	6.245.806,88	6.194.406,68
1.2.03.02.07	Equip. Méd., Cirúrg., Odont. e Labor.	4.016.934,01	3.640.859,81
1.2.03.02.08	Equipamentos de Informática	11.245.563,51	9.694.639,02
1.2.03.02.09	Equip. Esport, Artístico e de Recreação	623.413,35	599.853,35
1.2.03.02.10	Equipamentos de Comunicação	66.651,89	46.821,12
1.2.03.02.99	Outros Bens Móveis	333.003,72	330.053,72
1.2.03.03	(-) Redução ao Valor Recuperável	- 11.226.395,32	-

1.2.03.04	DEPRECIÇÃO E AMORTIZ. ACUMULADA	- 32.350.887,08	- 27.512.321,96
1.2.03.04.01	(-) Depreciação de Bens Imóveis	- 3.846.857,62	- 1.636.435,40
1.2.03.04.02	(-) Depreciação de Bens Móveis	- 28.504.029,46	- 25.875.886,56
1.2.03.04.02.001	(-) Depr. Acum. Mobiliário em Geral	- 4.966.456,83	- 4.235.724,33
1.2.03.04.02.003	(-) Depr. Acum. Disc. Fon. Pinaco (teca)	- 4.716,00	- 4.716,00
1.2.03.04.02.004	(-) Depr. Acum. de Instrumentos Musicais	- 196.991,58	- 169.422,66
1.2.03.04.02.005	(-) Depr. Acum. de Veículos	- 8.463.389,30	- 8.046.149,42
1.2.03.04.02.006	(-) Depr. Acum. Máq. e Equip. em Geral	- 3.954.360,20	- 3.556.447,19
1.2.03.04.02.007	(-) Depr. Acum. Eq. Méd. Cir. Odont. Lab.	- 2.619.522,92	- 2.335.204,28
1.2.03.04.02.008	(-) Depr. Acum. de Equip. de Informática	- 7.508.308,98	- 6.810.164,57
1.2.03.04.02.009	(-) Depr. Acum. Eq. Esp. Art. Recreação	- 549.804,57	- 503.100,12
1.2.03.04.02.010	(-) Depr. Acum. de Equip. de Comunicação	- 19.317,81	- 15.454,10
1.2.03.04.02.099	(-) Depr. Acum. de Outros Bens Móveis	- 221.161,27	- 199.503,89

▪ Depreciação

Com relação ao tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão são utilizadas as taxas que são obrigatoriedades da NBC T 16.9, e são baseadas nas normas do Departamento Nacional do Sesi como segue abaixo:

	Tempo de Depreciação em Anos	Taxa de Depreciação Anual
Imóveis - Edificações	50 anos	2% a.a
Mobiliário	10 anos	10% a.a
Máquinas e Equipamentos		
Veículos	5 anos	20% a.a
Equipamentos de Informática (*)		

(*) Computadores, monitores, servidores, notebooks e periféricos



A metodologia de cálculo de depreciação, amortização e exaustão permanece feita pro rata die utilizando o método linear abaixo:

Forma de Cálculo:

$$\left(\frac{VT / TD}{12} \right) \times 30$$

VT = Valor total do bem
 TD = Tempo total de depreciação (anos)
 12 = Meses do ano
 30 = Dias de um mês (Contábil)

Neste método de cálculo será informada a depreciação diária do bem.

Com relação a avaliação e mensuração dos ativos, a área de Patrimônio faz a análise das notas fiscais verificando o bem e sua composição. Para compor o valor do bem patrimonial é considerado o valor de aquisição, frete, IPI e itens acessórios que compõem o mesmo. A nota conferida é lançada no sistema de Gestão Patrimonial obedecendo às regras de depreciação mencionadas anteriormente.

▪ Teste de Recuperabilidade de Ativos

Os bens imóveis tiveram seus valores testados em 2020. De acordo com o laudo técnico da empresa contratada, Investor Consulting Partners Consultoria Ltda., o SESI possuía bens com registros acima do valor recuperável no montante de R\$ 11.226.395,32, que foi reconhecido no Balanço Patrimonial da Entidade. Os cálculos para determinação do valor justo foram determinados pela empresa contratada através da conjugação de duas metodologias, Método MCDDM (Método comparativo direto de dados de mercado) para o terreno e Reedição (quantificação do custo) para as construções e instalações.

Em 2019 ocorreram os testes de recuperabilidade dos bens móveis e a empresa contratada, HMZ Consultoria de Negócios Ltda., concluiu não ser necessário proceder ajustes por redução de valor recuperável para esses ativos.

Ressaltamos que o SESI preserva seus bens móveis através de inventários físicos anuais, juntamente com a prática de baixar sempre que necessário os itens obsoletos ou em desuso ou de recuperação ante econômica colocados em disponibilidade.

e) INTANGÍVEL

Estão registrados o direito de uso de linhas telefônicas, cujo saldo em 2020 foi de R\$ 44.680,00.

4.2 Passivo

4.2.1 Passivo Circulante

Neste grupo, classificam-se as contas que representam obrigações da empresa para com terceiros no curso do exercício seguinte, tais como: Salários a Pagar, Fornecedores, Impostos a Pagar, Empréstimos Bancários, dentre outras.

Dentro deste grupo as que se destacam são:

a) Fornecedores

Consolida os valores das obrigações decorrentes do fornecimento de materiais e bens incorporáveis ao patrimônio da Entidade e da prestação de serviços, cujo saldo em 2020 foi de R\$ 3.456.992,83, conforme descrito abaixo. Em sua maioria, referem-se a contratos.

Código Contábil	Descrição	2020	2019
2.1.01.02	FORNECEDORES	3.456.992,83	3.633.825,99
2.1.01.02.01	Fornecedores	3.456.992,83	3.633.825,99
2.1.01.02.01.001	Fornecedores	3.456.992,83	3.633.825,99
2.1.01.02.01.001.00001	Somos Sistemas de Ensino S.A.	471.823,70	-
2.1.01.02.01.001.00004	Serviços de Segurança e Vigilância	810,56	29.385,40
2.1.01.02.01.001.00021	MRV Engenharia e Participações	609,00	609,00
2.1.01.02.01.001.00032	Araserv	-	6.310,00
2.1.01.02.01.001.00033	Clinica Salles Ltda.	-	12.620,00
2.1.01.02.01.001.09999	Fornecedores Diversos	2.983.749,57	3.584.901,59

b) Impostos, Taxas e Contribuições

Refere-se às obrigações fiscais retidas em folha de pagamento dos colaboradores e de pagamentos a terceiros cujo recolhimento é efetuado no mês subsequente.

Código Contábil	Descrição	2020	2019
2.1.01.03	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIB. A RECOL	726.213,60	941.792,28
2.1.01.03.01	Imposto de Renda	605.477,56	776.285,22
2.1.01.03.03	ISS	50.792,79	62.242,03
2.1.01.03.08	CSLL/COFINS/PIS	69.943,25	103.265,03

c) Salários e Encargos a pagar

Este grupo consolida os valores a pagar aos empregados da Entidade e demais encargos sociais e trabalhistas conforme detalhamento abaixo.



Código Contábil	Descrição	2020	2019
2.1.01.04	SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR	1.949.462,40	3.465.820,80
2.1.01.04.01	Salários a Pagar	-	1.305.953,63
2.1.01.04.02	INSS	1.434.622,99	1.583.400,34
2.1.01.04.03	FGTS	429.952,28	500.848,05
2.1.01.04.04	PIS	84.793,45	74.367,94
2.1.01.04.99	Outros Encargos a Recolher	93,68	1.250,84

d) Provisões

Referem-se às provisões de férias e 13º, as quais foram realizadas com base em relatório da Gerência de Recursos Humanos da Entidade, sendo constituídas mensalmente, cujo confronto entre o valor provisionado e o valor pago no período resultou em um saldo em 2020 de R\$ 951.304,48.

e) Convênios – Arrecadação Direta

Nessa conta são registrados os valores de recolhimento da receita de contribuição direta, efetuados diretamente pelas indústrias ao Departamento Regional sobre os quais são devidos 25% ao Departamento Nacional. O saldo em 2020 é de R\$ 2.743.724,41.

f) Empréstimos e Financiamentos

Refere-se ao empréstimo contraído junto ao Departamento Nacional do SESI para cobertura do impacto das despesas com a redução do quadro de pessoal. O valor total recebido foi de R\$ 2.730.000,00, tendo sido acrescido correção e deduzido das parcelas pagas, gerando um saldo no curto prazo de R\$ 678.878,97. (Vide item 4.2.2 “a”)

g) Sistema Indústria Conta Movimento

Referem-se às operações de contas-correntes realizadas entre as Entidades do Sistema Indústria. Em 2020 o saldo da conta foi de R\$ 1.957.688,19.

h) Convênios e Acordos

Referem-se a recebimentos de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos vinculados Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional, Ministérios, Prefeituras e demais Entidades. Em 2020, os valores referem-se a recebimentos de recursos para a execução de Projetos, Fomento e Auxílio/Apoio Financeiro vinculado ao SESI-DN cujo saldo foi de R\$ 4.031.773,21.

i) Outras Obrigações

Refere-se a créditos consignados em folha de pagamento dos empregados e as receitas antecipadas de prestação de serviços educacionais. O saldo em 2020 foi de R\$ 3.899.456,30.



Código Contábil	Descrição	2020	2019
2.1.01.14	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.899.456,30	4.077.401,37
2.1.01.14.01	CONSIGNAÇÕES A PAGAR	95.318,82	123.920,81
2.1.01.14.05	FATURAMENTO P/PREST DE SERV FUTURO	3.804.137,48	3.953.480,56

4.2.2 Passivo Não Circulante

Nesse grupo classificam-se os passivos Exigíveis a Longo Prazo, ou seja, registra-se todas as obrigações que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço. Os valores registrados referem-se ao empréstimo contraído junto ao Departamento Nacional do SESI e a provisão das Contingências Judiciais.

a) Empréstimos e Financiamentos

No ano de 2019 o saldo refere-se ao empréstimo contraído junto ao Departamento Nacional do SESI para suportar as despesas decorrentes da redução de quadro de pessoal, as parcelas remanescentes são de curto prazo, assim, não há saldo em 2020.

b) Contingências Judiciais

São valores estimados das ações judiciais tramitando em alçadas legais servindo de provisão para cumprimento de decisões judiciais que venham a onerar os cofres da Entidade e a outras contingências não decorrentes de ação em trâmite na justiça.

As provisões para ações trabalhistas, tributárias e cíveis são provisionadas com base em relatórios fornecidos pela Unidade Jurídica, com base no CPC SI Contingências Judiciais, que teve como referência a NPC 22 do IBRACON (Revogada), passando a aplicar o CPC 25, e encaminha à área de Contabilidade, semestralmente. Quando aplicáveis, estão amparadas por depósitos judiciais. O saldo em 2020 foi de R\$ 3.352.430,89, cuja composição está descrita abaixo:

Código Contábil	Descrição	2020	2019
2.2.01.03.02	CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E OUTRAS	3.352.430,89	4.713.362,65
2.2.01.03.02.001	Contingências Judiciais	3.352.430,89	4.586.771,39
2.2.01.03.02.002	Outras Contingências	-	126.591,26

- Processos Trabalhistas

O valor provisionado considerado de alto risco, cuja probabilidade foi classificada como Provável, foi de R\$ 3.147.582,88.

O valor provisionado considerado de médio risco, cuja probabilidade foi classificada como Possível, foi de R\$ 122.421,68.



Página 12

- Processos Cíveis/Federais

O valor provisionado considerado de alto risco, cuja probabilidade foi classificada como Provável, foi de R\$ 118.214,06.

- Processos Tributários

O valor provisionado considerado de alto risco, cuja probabilidade foi classificada como Provável, foi de R\$ 86.633,95.

- Processos Judiciais Especial Cível

O valor provisionado considerado de médio risco, cuja probabilidade foi classificada como Possível, foi de R\$ 26.125,00.

c) Patrimônio Social

O Patrimônio Social está constituído pelo capital social e pelos resultados acumulados, acrescido do Déficit do Exercício, cujo valor apurado no exercício de 2020 foi de R\$ 5.190.988,23.

Código Contábil	Descrição	2020	2019
2.3	PATRIMÔNIO SOCIAL	239.090.974,66	233.899.986,43
2.3.01.01	PATRIMÔNIO SOCIAL ACUMULADO	233.899.986,43	222.825.669,35
2.3.01.02	SALDO DO EXERCÍCIO	5.190.988,23	11.074.317,08

5 Resultado

5.1 Execução Orçamentária

O orçamento inicial, no valor de R\$ 168.420.888,00, foi aprovado pela Resolução nº 026 de 26 de setembro de 2019, do Conselho Regional do SESI-DR/ES.

Através da Resolução nº 013 de 27 de agosto de 2020, do Conselho Regional do SESI do Espírito Santo, foi aprovada a proposta de suplementação orçamentária para o valor de R\$ 162.448.099,00, registrando uma redução de 3,5% sobre o orçamento inicial.

O Conselho Regional do SESI-DR/ES aprovou, através da Resolução nº 002 de 28 de janeiro de 2021, a transposição de verbas do orçamento em R\$ 18.975.220,00. Com esta Resolução o orçamento para despesas e receitas de 2020 permaneceu em R\$ 162.448.099,00, não representando qualquer acréscimo sobre o orçamento suplementado.

a) Receitas

As receitas foram classificadas em conformidade com o art. 11 da Lei nº 4.320/64, nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital, as receitas que se destacam são:



Receitas de Contribuições: referem-se aos recursos advindos da contribuição compulsória direta e indireta, incidente sobre a folha de pagamento das empresas contribuintes. As empresas recolhem ao SESI 1,5% sobre o montante da folha de pagamento desses estabelecimentos. São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias. Estão apropriadas mensalmente pelo regime de competência e ajustadas pelo valor recebido.

Receitas de Serviços: referem-se à prestação de serviços nas áreas de educação, saúde e promoção da saúde, em que se destaca a prestação de serviços de Educação Básica.

b) Despesas

Observadas as categorias econômicas do art. 12 da Lei nº 4.320/64, as despesas são classificadas nas seguintes categorias econômicas: Despesas Correntes e Despesas de Capital.

A execução orçamentária apresentou o seguinte resultado:

Descrição	Orçado	Realizado
RECEITA CORRENTE	158.270.539,00	152.263.100,90
RECEITA DE CAPITAL	4.177.560,00	3.617.760,20
Total	162.448.099,00	155.880.861,10
Descrição	Orçado	Realizado
DESPEZA CORRENTE	147.604.183,00	132.989.049,46
DESPEZA DE CAPITAL	14.843.916,00	10.030.947,09
Total	162.448.099,00	143.019.996,55
Descrição	Orçado	Realizado
Déficit/Superávit Orçamentário		12.860.864,55

c) Gratuidade

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do Regulamento do SESI, o Departamento Regional do Espírito Santo destinou, no ano de 2020 para ações de educação básica e continuada R\$ 37.404.440,79 correspondendo a 64,73% da receita líquida de contribuição compulsória e, para gratuidade R\$ 12.492.788,11 o que corresponde a 21,62% da receita líquida de contribuição compulsória.

A apuração está de acordo com a metodologia do SESI, definida por seu Departamento Nacional, que considera a realização orçamentária (Despesas Correntes e de Capital) e a oferta de vagas gratuitas.



DESCRIPTIVO	VALORES
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	69.414.588,48
(A) Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC)	57.787.644,91
(B) Recursos Aplicados em Ações de Educação Básica e Continuada	37.404.440,79
(C) Recursos Aplicados a Gratuidade	12.492.788,11
(D) % Receita Líquida destinada à Gratuidade = (C/A)*100	21,62%

5.2 Movimentação Financeira

A movimentação do caixa e equivalentes de caixa ocorreu da seguinte forma:

Descrição	2020
Saldo Financeiro do Exercício Anterior	50.476.793,71
Saldo Financeiro do Exercício Atual	60.737.452,24
Resultado Financeiro	10.260.658,53

5.3 Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial em 2020 foi superavitário em R\$ 5.190.988,23 e seu Patrimônio Líquido findou o exercício de 2020 com um saldo de R\$ 239.090.974,66.

6. Outras considerações importantes: Novo Corona vírus

No fim de 2019, a Organização Mundial de Saúde – OMS teve conhecimento da existência de um novo vírus nomeado como SARS-CoV-2 (Novo Corona vírus) que originou a doença COVID-19. Em março de 2020, a OMS declarou o estado de pandemia do Novo Corona vírus. No Brasil, no dia 20 do mesmo mês, por meio do Decreto Legislativo nº 6, ficou reconhecido o estado de calamidade pública, com vigência inicial até 31/12/2020.

Essa pandemia atingiu as empresas industriais e trouxe dificuldades diversas para atravessarem este período de crise. Sete em cada dez empresas industriais citam a queda no faturamento entre os cinco principais impactos da doença, de acordo com a Sondagem Especial: Impacto da COVID-19 na Indústria, elaborada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A crise sanitária deixou consideráveis sequelas para o mercado e a sociedade brasileira. Em 2020 o País sofreu não somente no campo econômico, mas também na política pela manutenção da instabilidade gerada, principalmente, durante as fases mais agudas da crise. A retração do comércio interno e externo e a dificuldade de levar a cabo as reformas estruturantes geraram um aumento desproporcional das despesas obrigatórias em detrimento das discricionárias (nas três esferas de poder, federal, estadual e municipal) e exigirão, provavelmente, modificações nas políticas fiscais, monetárias e cambiais. Essas ações têm gerado preocupações do mercado financeiro, já que tais medidas comprometeriam ainda mais a situação fiscal do País. As últimas projeções do banco mundial apontam uma contração do PIB brasileiro de 4,5% em 2020, e um crescimento de 3,0% em 2021.



A redução das atividades econômicas durante o período de ocorrência da pandemia aumentou os níveis de desemprego. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD contínua do IBGE, a taxa de desocupação (14,3%) no trimestre de agosto a outubro de 2020 cresceu 0,5 ponto percentual (p.p) em relação ao trimestre de maio a julho (13,8%) e 2,7 p.p. frente ao mesmo trimestre de 2019 (11,6%). A taxa de informalidade chegou a 38,8% da população ocupada (ou 32,7 milhões de trabalhadores informais). No trimestre anterior, a taxa foi de 37,4% e, no mesmo trimestre de 2019, de 41,2%.

Neste contexto, a indústria brasileira amargou, principalmente nos meses de março e abril, resultados altamente negativos de seus principais indicadores de desempenho industrial. O mês de abril foi considerado um dos piores da história para a indústria. De acordo com a CNI¹ o faturamento real caiu 5,6%, o emprego se retraiu 1,5%, e as horas trabalhadas sofreram uma redução de 6,6%². A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) foi de 69,6%.

Os indicadores industriais de outubro, apresentados pela CNI, ilustram esse processo, mesmo que a variação ainda permaneça negativa se comparado com o mesmo período de 2019. Em outubro todos os indicadores de atividade (após ajuste sazonal) - faturamento, utilização da capacidade instalada, horas trabalhadas e emprego - registram crescimento na comparação com setembro. As horas trabalhadas apontam um crescimento de 1,7% entre setembro e outubro se posicionando 1,2% acima do valor apurado em fevereiro. Faturamento real teve uma variação positiva de 2,2%, e Utilização da Capacidade Instalada (UCI) alcançou 80,3%.

Contudo, deve-se ressaltar que apesar da melhora contínua da indústria, os serviços demandados por esta ainda encontram dificuldades de retomar seu ritmo pré-pandemia. As restrições de pessoal e o distanciamento social, dificultaram a oferta de serviços de assessoria e consultoria, normalmente feitos presencialmente. Logo, acredita-se que os serviços de saúde e segurança no trabalho tiveram dificuldades em se adaptar abruptamente a este contexto de comunicação remota.

Nas questões educacionais, as medidas de afastamento social e sanitárias, exigiram a aceleração e implementação de novas estratégias de ensino, capazes de aliviar os impactos do fechamento das escolas e da execução dos cursos mediados por tecnologias. A deficiência na atualização tecnológica de muitos docentes brasileiros neste tipo de método de ensino, e a heterogênea infraestrutura de escolas e alunos para preparar, ministrar e assistir aulas online são exemplos básicos dessas dificuldades encontradas. Além do mais, o modus operandi da educação também teve que observar um conjunto de leis e normas federais, estaduais e municipais para atuar no contexto da pandemia.

O Censo Escolar 2020 registrou uma queda de quase 650 mil matrículas em escolas públicas do país no ano. De acordo com o censo, as escolas públicas tinham 35,9 milhões de matrículas contra 36,6 milhões em 2019. Uma vez que esses dados são anteriores ao fechamento das escolas devido à pandemia, é possível que a situação tenha se agravado.

1 Confederação Nacional da Indústria. *Indicadores Industriais*. ISSN 1983-621X. Ano 28. Número 4. Abril 2020.

2 Variação JAN-ABR20/ JAN-ABR19



Outro ponto a destacar foi a imposição urgente, pela pandemia, do Ensino a distância (EaD). Praticamente sem nenhum tipo de planejamento ou capacitação, escolas, docentes e estudantes foram obrigados a se adaptar a este método de ensino. Pesquisa do Instituto Península apontou que 60% dos professores acreditam que os alunos não evoluíram no aprendizado em 2020.

O impacto emocional em alunos e professores foi outro legado da pandemia. Pesquisa do Instituto Península revelou que 67% dos professores demonstraram ansiedade, 38% cansaço e 36% tédio. O quadro emocional dos alunos também chama a atenção na pesquisa realizada pela Fundação Roberto Marinho e parceiros: 7 em cada 10 participantes disseram que seu estado emocional piorou por causa da pandemia, enquanto os sentimentos mais marcantes para eles durante o isolamento social são ansiedade, tédio e impaciência. Para lidar com essa nova forma de estudar, 60% dos alunos consideram que suas instituições de ensino devem priorizar atividades para lidar com as emoções; e 50% querem aprender estratégias para gestão de tempo e organização.

Apesar da crise econômica gerada pela pandemia, que normalmente leva as empresas a estabelecer estratégias mais conservadoras, o Brasil melhorou sua posição no ranking do Índice Global de Inovação 2020. Agora o País ocupa a 62ª posição entre os 131 países analisados. Contudo, destaca-se que apesar da melhora em relação a 2019, o país ainda está 15 posições atrás da 47ª colocação que ocupava em 2011 dentre 125 países. Na América Latina, o país ocupa a 4ª posição, depois do Chile (54º), México (55º) e Costa Rica (56º). Em comparação com os países que compõem os Brics, o Brasil ocupa a última posição, atrás da Rússia (47º), Índia (48º), China (14º) e África do Sul (60º).

A pandemia e a necessidade de isolamento e distanciamento social com a intensificação do trabalho home office integral ou híbrido – com manutenção de reuniões virtuais e redução das viagens a trabalho, e com operações presenciais apenas para os processos produtivos – reforçaram a relevância de se discutir questões de saúde mental, além da necessidade de estruturação, pelas autoridades competentes, de regras específicas sobre essa nova forma de contrato, e novas rotinas de trabalho. Soma-se a isso, o significativo crescimento da prática da Telemedicina, com a publicação de novas portarias e regulamentações.

Diante deste contexto, destacamos as principais ações e/ou impactos do novo Corona vírus para o resultado do SESI no exercício findo em 31/12/2020:

- a) Redução na Receita de Contribuição Direta conforme MP 932 (redução de 50% da contribuição Sistema S para as competências abril, maio e junho, com impacto nos meses de maio, junho e julho) apresentando uma redução de -R\$4,28 milhões (maio a julho/2020) se comparado ao ano de 2019, porém o Ano de 2020 iniciou com uma melhora da atividade econômica e o com o início da retomada das atividades (após agosto 2020) esta perda foi reduzida com o aumento da arrecadação finalizando o ano de 2020 com uma redução de -R\$1,44 milhões.
- b) Redução na arrecadação Indireta conforme MP 932 (redução de 50% da contribuição Sistema S para as competências abril, maio e junho, com impacto nos meses de maio, junho, julho e agosto) apresentando uma redução de -R\$3,58 milhões (maio a agosto/2020) se comparado ao ano de 2019, porém o Ano de 2020 iniciou com uma melhora da atividade econômica (após agosto 2020) e com o início da retomada das



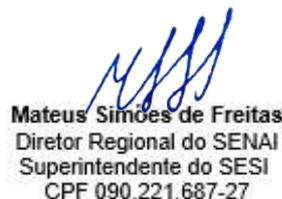
atividades esta perda foi reduzida com o aumento da arrecadação finalizando o ano de 2020 com uma redução de -R\$3,12 milhões.

- c) Redução no rendimento de aplicações financeiras que no ano de 2020 finalizaram com o acumulado de R\$1,48 milhões apresentando uma redução de -49% se comparado a 2019 (R\$2,93 milhões). Esta redução deve-se a queda da rentabilidade dos fundos de renda fixa (aplicação com maior rentabilidade e menor risco no período) que no exercício de 2020 renderam 2,7% a. a. com uma redução de -55% frente a 2019 que era de 6% a. a.
- d) No que se refere aos índices de atualização dos processos judiciais tivemos em dezembro de 2020, julgamento das Ações Declaratórias de Constitucionalidade (ADCs) 58 e 59 e Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 5867 e 6021, que em síntese, ficou decidido que até que o Poder Legislativo delibere sobre a questão, devem ser aplicados o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), na fase pré-judicial, e, a partir da citação, a taxa Selic, índices de correção monetária vigentes para as condenações cíveis em geral.
- e) A inadimplência do SESI em 2020 foi de 10,2%, o que representa um aumento de 3,2% comparado a 2019 (7%) o que demonstra os impactos do cenário econômico vivido em 2020 com um alto grau de endividamento e uma lenta recuperação.
- f) Na Despesa com pessoal houve a redução, por um período, de 25% da jornada de trabalho e conseqüentemente a redução de salário de 337 colaboradores, além da suspensão de 79 contratos de trabalho. Porém, frente aos desafios do ano de 2020 fez-se necessário a redução de quadro com o desligamento de 266 colaboradores.
- g) Concessão de desconto de 5% nas mensalidades (50% de desconto para os alunos laudados) sem prejuízo dos descontos financeiros já concedidos e sem cobrança de encargos (atualização, multa e juros).

Vitória, 31 de dezembro de 2020.



Wagner Liberato de Menezes
Coordenadora de Controladoria
CRC-ES 017764/O-1



Mateus Simões de Freitas
Diretor Regional do SENAI
Superintendente do SESI
CPF 090.221.687-27